

RELATÓRIO DE PILAR 3
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS
Conglomerada Prudencial Gazin

1. INSTITUCIONAL

O Conglomerado Prudencial da Gazin é composto pela GazinCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e pela Administradora de Consórcios Nacional Gazin.

A Gazincred S.A. foi constituída em 2010 pelos mesmos acionistas do Grupo Gazin, que com a experiência adquirida em tantos anos atuando no mercado de varejo, atacado e indústria, agora buscam diversificar suas atividades com o objetivo de oferecer crédito diretamente a seus clientes e parceiros.

Sempre pautada no pioneirismo, a Gazincred S.A., iniciou suas atividades com linhas de crédito voltada para parceiros, funcionários e clientes do grupo Gazin. Os produtos que fazem parte de seu portfólio são os seguintes:

- ✓ Antecipações de Recebíveis,
- ✓ Capital de Giro;
- ✓ Empréstimo Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS;
- ✓ Empréstimo Consignado para Funcionários de Empresas Privadas Conveniadas;
- ✓ Empréstimo Pessoal para Pessoas Físicas;
- ✓ Financiamento de Veículos;
- ✓ CDC lojista;
- ✓ Emissões de Letra de Câmbio pós fixada.

O Consórcio Gazin iniciou suas atividades no ano de 2004, com o objetivo de ser uma opção fácil, ágil, versátil e moderna, dentro da nova modalidade de vendas do varejo, com uma linha de crédito personalizada às necessidades do mercado e dos clientes.

O Conglomerado Prudencial da Gazin, mantendo seu habitual compromisso de transparência com o mercado e em consonância com a circular 3.930/19, vem por meio deste documento, publicar as informações relativas à sua estrutura e métodos de gestão de riscos integrados.

2. PERFIL DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO

A Instituição está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todas as partes interessadas. Dentre os principais tipos de riscos, destacamos:

Risco de Crédito: A instituição exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto a probabilidade e magnitude, assim como, a mensuração e planos de mitigação.

O processo de concessão de crédito apoia-se na Política de Crédito da Instituição, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito atendendo às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientando a concessão de operações de crédito.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos e qualitativos, ligados à capacidade de seus clientes de honrarem seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam às alçadas operacionais vigentes e tramitam com o propósito de fornecer subsídios para análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

As operações são pulverizadas e destinadas às pessoas físicas e jurídicas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes e os prazos de créditos concedidos.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de garantias pessoais ou reais, formalizadas por meios de instrumentos jurídicos avais, devedores solidários, alienações fiduciárias e hipotecas. A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores, e segurança jurídica dos contratos.

Risco de Liquidez: A identificação do risco liquidez é feita através do acompanhamento diário pela Gerência e pela área de Planejamento Orçamentário e Compliance, pelo monitoramento do fluxo de caixa, liquidez das operações de crédito e captação de recursos no mercado com o objetivo de evitar o descasamento de prazos entre as captações e as aplicações nas operações de crédito, bem como, garantir o volume de caixa mínimo para honrar compromissos presentes e futuros.

Para mitigação do risco de liquidez a instituição definiu um percentual mínimo e máximo de exposição e apetite e a definição de planos de ação em caso de atingimento dos níveis estabelecidos.

Risco de Mercado: A instituição exerce continuamente o acompanhamento de situações em que possa gerar exposição ao risco de mercado, com as respectivas classificações quanto a probabilidade e magnitude, assim como a mensuração e planos de ações.

Para mitigação do risco de mercado a instituição definiu um percentual mínimo e máximo de exposição e apetite e a definição de planos de ação em caso de atingimento dos níveis estabelecidos.

Risco Operacional: Atividades de identificação e controle são ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização do objetivo.

As atividades de controle são desempenhadas em todos os níveis da instituição, dentro do processo corporativo e no ambiente tecnológico. Podem ter natureza preventiva e/ou detectiva, e abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações e conciliações, revisões e segregação.

A mitigação do do risco operacional é através da avaliação dos controles internos ao longo do tempo. É o melhor indicador para saber se os controles internos estão adequados, efetivos ou não. É realizado tanto através do acompanhamento contínuo das atividades, quanto por meio de avaliações pontuais através de relatórios de não conformidade, revisões de compliance, da auditoria interna e da auditoria externa.

Risco Socioambiental: A identificação do risco socioambiental ocorre na análise da concessão de financiamentos para clientes pessoa jurídica, onde além da avaliação econômica e financeira, é avaliado também se a tomadora do recurso possui potencial para causar danos à sociedade e ao meio ambiente.

Na concessão de crédito de valor superior a R\$ 100.000,00, tendo como tomador, a empresa classificada com alto risco na tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais previstas no anexo VIII da lei nº 10.165/2000, deverá ser solicitado a comprovação do licenciamento ambiental e autorização para funcionamento de acordo com as normas e critérios estabelecidos pela legislação ambiental federal, estadual e municipal.

Gerenciamento de Capital: O Gerenciamento de Capital consiste em:

- I. Monitoramento e controle do Capital mantido pela instituição;

- II. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita; e,
- III. Planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Para os componentes do conglomerado prudencial, gerenciar o capital consiste nos métodos, práticas, e esforços desenvolvidos para que a instituição mantenha uma base de capital suficiente e adequada para suportar o desenvolvimento de suas atividades de acordo com as estratégias e planos operacionais, além de atender os aspectos regulatório de capital.

3. GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura da atividade de gerenciamento de riscos e de capital é composta pelo comitê de Riscos que subsidia a Diretoria da Instituição na tomada de decisões estratégicas.

Comitê de Riscos: O Comitê de Riscos sugere os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos à Diretoria.

Composição:

- Gerente Geral
- Gerente Administrativo
- Compliance

As atribuições do comitê de riscos abrangem:

- I - propor, com periodicidade mínima anual, recomendações à Diretoria sobre os assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos e capital;
- II - avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;
- III - supervisionar a observância dos termos da RAS;
- IV - avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas; e
- V - manter registros de suas deliberações e decisões.

Área de Compliance: Possui a missão de avaliar periodicamente a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital buscando à adequação e à robustez das premissas e das metodologias e o seu desempenho incluindo a comparação entre as perdas estimadas e as observadas.

4. CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO

Visando preservar e elevar o nível de conscientização de cada colaborador quanto a importância e seu papel na gestão de riscos corporativos, mantemos canais abertos e comunicações constantes relativas ao tema:

Código de conduta: O código de conduta estabelece as práticas e valores a serem seguidos por todos os colaboradores do grupo Gazin e é amplamente divulgado a todos.

Programas de segurança patrimonial e do trabalho: Anualmente, é realizada a Campanha Interna de Prevenção a Acidentes (CIPA), que inclui temas desde segurança física à lógica, no qual incluem seus colaboradores.

Canal de Comunicação para Indícios de Ilícitude: O canal para comunicação de indícios de ilícitude é o canal oficial por meio do qual funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores possam reportar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilícitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da instituição.

5. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito: A metodologia de avaliação de risco de crédito fornece subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de normas e procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente.

As classificações de risco para clientes e grupos econômicos de pessoas físicas e jurídicas fundamentam-se em informações quantitativas (indicadores econômicos e financeiros) e informações qualitativas (indicadores cadastrais e comportamentais), além do fator julgamental. As classificações são efetuadas e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Ficam mantidos os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para a constituição das provisões cabíveis, conforme equivalência de rating.

Os principais indicadores avaliados para mensurar o risco de crédito são:

- % máximo de inadimplência (91 a 360 dias) sobre a carteira ativa;
- % máximo de provisão sobre a carteira de crédito ativa;
- % máximo de inadimplência de vencidos s/ a carteira a vencer;
- Limite de concentração em relação aos 10 maiores devedores sobre a carteira ativa;
- % de limite de concentração por cliente/ grupo econômico em relação ao Patrimônio de Referência

Risco de Liquidez: Os principais indicadores para avaliar o risco de liquidez são:

- % mínimo de disponibilidades sobre carteira de captação;
- % mínimo de disponibilidade em relação ao Patrimônio de Referência;
- % mínimo de descasamento entre taxa de operações de crédito em relação as captações.

Risco de Mercado: Os principais indicadores avaliados para mensurar o risco de Mercado são:

- % máximo de aplicação das disponibilidades na mesma instituição ou papel sobre o PR
- % máximo de taxa de captação com um mesmo cliente ou grupo econômico

Risco de Operacional: Em atendimento ao disposto na circular nº 3.640, de 04 de março de 2013 do Banco Central do Brasil, a instituição adotou a Abordagem Padronizada para Cálculo da Parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo de capital requerido para o Risco Operacional, utilizando da metodologia de Abordagem do Indicador Básico – BIA do RWAOPAD por considerar que continua sendo a mais apropriada em função do atual cenário global, do nível de atividade e seguimento de atuação e do estágio de seus controles.

O principal indicador para mensurar o risco operacional definido pelos componentes do conglomerado prudencial é o % máximo de despesas com Risco Operacional s/ Rendas de Operações de Crédito.

Risco Socioambiental: São consideradas pelos componentes do conglomerado prudencial atividades de alto risco ambiental aquelas previstas como Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais previstas no anexo VIII da lei nº 10.165/2000.

6. PROCESSO DE REPORTE DE RISCOS À DIRETORIA

A área de Gestão Integrada de Riscos é centralizadora dos eventos de riscos materializados ou fragilidades detectadas ainda que não concretizadas.

O comitê de riscos participa ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de risco de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente as perdas esperadas e inesperadas.

Os riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e socioambiental da instituição tem seu controle e acompanhamento realizado pelo comitê de riscos que realiza reuniões mensais para, avaliação da carteira de crédito ativa, avaliação dos pontos elencados na matriz de risco operacional avaliando se ocorreram situações que causaram prejuízos para a instituição, bem como, avaliando os planos de ações para mitigação dos riscos e sua eficiência, monitoramento das operações liberadas para empresas enquadradas como alto risco socioambiental e avaliação do percentuais fixados na declaração de apetite por riscos, propondo e realizando ajustes quando necessário.

Na identificação de situações de risco de crédito liquidez, mercado, operacional e socioambiental que estejam fora dos limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, o comitê procede a imediata comunicação para o gestor responsável pela elaboração de planos de ação e posteriormente para a diretoria para conhecimento e aprovação do plano apresentado.

7. TESTES DE ESTRESSE

Com a finalidade de avaliar os impactos na política de capital em situações adversas no ambiente econômico e identificar os reflexos na instituição, anualmente, são aplicados testes de estresse informado a administração sobre os resultados e os cenários previstos.

Foram definidos cenários de estresse para simulação do comportamento do índice de Basileia que refletem a avaliação contínua da efetividade das estratégias de mitigação de riscos, utilizadas, considerando, metodologia de testes que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Cenários de estresse:

- Aumento de 20% dos Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)
- Redução de 10% do Patrimônio de Referência (PR)
- Aumento de 20% do RWA e redução de 10% do PR

Normalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Patrimônio de Referência	37,5	37,8	38,8	40,4	42,2	52,1	47,6	49,5	51,2	53,1	54,2	59,1
Ativos Ponderados pelo Risco RWA	159,9	164,2	162,8	163,6	164,8	163,5	176,1	177,9	179,2	179,4	180	178,5
Índice de Basileia	23,5	23,0	23,8	24,7	25,6	31,9	27,0	27,8	28,6	29,6	30,1	33,1

Aumento de 20% do RWA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Patrimônio de Referência	37,5	37,8	38,8	40,4	42,2	52,1	47,6	49,5	51,2	53,1	54,2	59,1
Ativos Ponderados pelo Risco RWA	191,9	197,0	195,4	196,3	197,8	196,2	211,3	213,5	215,0	215,3	216,0	214,2
Índice de Basileia	19,5	19,2	19,9	20,6	21,3	26,6	22,5	23,2	23,8	24,7	25,1	27,6

Redução de 10% do PR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Patrimônio de Referência	33,8	34,0	34,9	36,4	38,0	46,9	42,8	44,6	46,1	47,8	48,8	53,2
Ativos Ponderados pelo Risco RWA	159,9	164,2	162,8	163,6	164,8	163,5	176,1	177,9	179,2	179,4	180,0	178,5
Índice de Basileia	21,1	20,7	21,4	22,2	23,0	28,7	24,3	25,0	25,7	26,6	27,1	29,8

Aumento de 20% do RWA e Redução de 10% do PR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Patrimônio de Referência	33,8	34,0	34,9	36,4	38,0	46,9	42,8	44,6	46,1	47,8	48,8	53,2
Ativos Ponderados pelo Risco RWA	191,9	197,0	195,4	196,3	197,8	196,2	211,3	213,5	215,0	215,3	216,0	214,2
Índice de Basileia	17,6	17,3	17,9	18,5	19,2	23,9	20,3	20,9	21,4	22,2	22,6	24,8

Os componentes do Conglomerado Prudencial Gazin tem atuado de acordo com o perfil prudencial, suportada por uma estrutura de gerenciamento de risco e de capital em linha com a sua estratégia corporativa, sendo que em função desses acompanhamentos regulares a instituição mantém resultados em patamares superiores aos limites regulamentares caso algum cenário de estresse se concretize.

8. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Os componentes do conglomerado prudencial definiram manter o capital econômico no mínimo 2% acima do índice de Basileia, servindo este índice como parâmetro de alerta para que a instituição avalie suas estratégias de alocação de capital.

A avaliação da adequação do Capital da Instituição tem seu controle e acompanhamento realizado pelo Comitê de Riscos que realiza reunião mensal para avaliação do índice de basileia projetado e realizado propondo e realizando ajustes sempre que necessário.

Na identificação de percentuais fora do limite de capital mínimo definido, o comitê de riscos procede a imediata comunicação para o gestor responsável para elaboração de plano de ação e posteriormente para a diretoria para conhecimento e aprovação do plano apresentado.

Aderência da estrutura de capital aos termos da RAS

A adequação do Patrimônio de Referência (PR) é uma responsabilidade compartilhada entre os membros da diretoria, por meio das informações produzidas pela comitê de riscos. Os assuntos relevantes são abordados e resolvidos em reunião.

A Gazincred apresenta um Patrimônio de Referência (PR) satisfatório que cobre adequadamente os riscos de suas operações, conforme demonstrado pelo Índice da Basileia.

Índice de Basileia mínimo	RAS	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19
	11,0%	23,5%	23,0%	23,8%	24,7%	25,6%	31,9%	27,0%	27,8%	28,6%	29,6%	30,1%	33,1%

Plano de Capital

Na elaboração do Plano de Capital são consideradas:

- ✓ Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócio;
- ✓ Projeções de valores dos ativos, passivos, receitas e despesas;
- ✓ Metas de crescimento;

- ✓ Distribuição de resultados;
- ✓ Termos da Declaração de Apetite por Riscos;

O Plano de Capital da Instituição, é atualizado anualmente e contempla o horizonte de três ano:

- ✓ Metas e projeções de Capital;
- ✓ Fontes de Capital da instituição;

Em linha com o planejamento estratégico e orçamentário, a Gazincred, líder do conglomerado prudencial, instituiu seu plano de capital que contempla informações projetadas considerando horizonte de 3 anos. Importante observar que as projeções estimulam o crescimento e a manutenção do índice de Basileia em patamares superiores aos limites regulamentares.

O orçamento é a ferramenta de suma importância na elaboração do planejamento estratégico de capital, pois apresenta detalhadamente as projeções de crescimento, as quais, estão detalhadas em documento complementar.